

ATA Nº 198/2017

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua Ernani Cotrin, 747, Centro, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se Ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a presidência do conselheiro Eliezer Marques Costa (PMSC), estando presentes os conselheiros: Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Rodrigo Rosa Geraldi (Secretaria de Planejamento), Vitor César Paris (Secretaria de Obras), Rosa Machado Silveira (CEACA), Fernando de Araújo Brasil (Secretaria de Turismo), Maria de Lourdes Schetti (Clube Esperança), Luciane Ferreira Medeiros (Secretaria de Assistência Social), Charlane Andreza Américo (SENAI), José Eduardo Bittencourt (CEACA), Rosilene Costa Antônio (APAE), Renata Oliveira de Souza Roque (Secretaria de Educação), Mário Sérgio Rodrigues (Escoteiro Carijós), Elto Aguiar Ramos (Polícia Civil), Sandra Pereira Domingues (Associação Jorge Lacerda), Eraldo Santos (APP). Ainda estiveram presentes: Yara Faraco Zim (Secretaria de Educação), Karla Fernandes Felix (Conselho Tutelar), Geizi dos Santos Justino Medeiros (Conselho Tutelar). Eliezer inicia a reunião cumprimentando a todos, diz que foram dados os dez minutos costumeiros de tolerância, e inicia pelo item I da pauta: Informe resposta do setor jurídico acerca do ofício 146/cmdca/2017: trata-se do questionamento que o conselho fez sobre a nomenclatura do mesmo na lei complementar 1844/2017, a qual esta em desacordo com a Lei Federal e Resoluções CONANDA, sendo respondido pelo setor jurídico pelo Ofício de nº 258/2017-GABP-CB/SC, o qual foi lido na íntegra pelo presidente, onde consta que irão aguardar manifestação de outros órgãos e secretarias, visando diminuir a quantidade de proposições para a alteração da mesma. O presidente Eliezer lê a justificativa de falta da conselheira Zélia Schneider, a qual informa que a mesma e seu suplente estariam em trabalho fora do município no dia de hoje. Referente ao item 2 da pauta, Eliezer informa a alteração da Lei nº 1409/2011, pela lei de nº 1862/2017, e questiona a assistente administrativo Sabrina o que foi mudado na lei. Sabrina relata que foi o que foi discutido em última reunião na qual a Sinara esteve presente, referente o número de representações. Eliezer informa que foi alterado para 9(nove) integrantes governamentais e 9(nove) da sociedade civil organizada, totalizando os 18(dezoito) conselheiros. Eliezer questiona se não teriam também acordado que colocariam na lei que o conselho que indicaria as próximas representações através de Resolução. Sabrina diz que o que foi mudado é o que está escrito nessa lei acerca das representações, a lei agora não indica quais entidades civis. Vitor lê e diz que é indicado apenas de quais Secretarias serão as representações governamentais e das entidades ficou geral, podendo então ser indicadas. Sobre o item 3: Informe sobre a tramitação da solicitação de assessoria de rede. Eliezer pede que Sabrina explique. Sabrina relata que no momento encontra-se na contabilidade, e explica que foi feita cópia de ofício de solicitação para o prefeito, Selma e licitação, porém em contato com a Gisele do setor de licitações descobriu que até então não havia chegado ao referido setor, devido a isso falou com Adriano que informou que não saberia onde se encontrava, então perguntou para Patrícia da Assessoria que relatou que foi entregue apenas para a Selma, pois foi encaminhamento do prefeito, após conseguiu conversar com Selma que falou que a solicitação encontra-se em análise na contabilidade antes de ser repassado para o setor de licitação. Sobre o item 4: Recebimento e análise de inscrições para a eleição das organizações da sociedade civil. Eliezer questiona se era hoje a data final para a entrega, e se não deveriam prorrogar o prazo do edital devido a apenas algumas entidades ter realizado a entrega, a metade. Maria de Lourdes informa que está com a inscrição em mãos, porém ainda não há a indicação da suplente. Elizabeth diz que não conseguiu coletar a assinatura da responsável pela Pastoral da Criança, porém logo estará trazendo. Eliezer sugere que fique prorrogado o prazo para sexta-feira da semana que vem. Conselheiros concordam por unanimidade. Referente o item 5: Informe Secretaria de Educação sobre assuntos da última reunião: Eliezer convida a secretaria de educação, Yara, a juntar-se a mesa, e pede auxílio aos conselheiros que o lembrem dos assuntos, pois foi mandado ofício convocando e diz que recorda somente de um assunto que seria a questão do remédio para dormir que estavam colocando na jarra de água de uma determinada creche, que acabou chegando ao conhecimento deste conselho. Yara relata que vão constantemente visitar sem aviso as creches, acompanham o andamento de cada estabelecimento de ensino, inclusive muitas vezes vai acompanhada de Renata, e nunca foi presenciada nenhuma situação dessas, tanto diretoras quanto professoras nunca falaram nada, nenhuma denúncia chegou a Secretaria. Karla (Conselho Tutelar) aproveita para informar os presentes que a denúncia pode ser feita ao Conselho Tutelar de forma anônima. Yara diz que para tomar as providências necessárias é preciso saber de onde surgiu essa informação. Rosa diz que foi na última reunião em que Elizabeth expôs ao conselho. Elizabeth relata que foi na creche Maria Madalena, e que ficou sabendo que sempre ocorre, não é todos os dias, mas ocorre, e informa que a

pessoa que contou já está aposentada. Yara diz que não pode ser somente uma denúncia verbal, teria que ter acesso a pessoa que falou isso, saber quem foi, pois seriam várias crianças envolvidas, teria que conversar pra ver se ela viu, ouviu, fotografou, deve ter alguma prova, fala que deve ser averiguada essa questão. Elizabeth diz que quem tem que verificar é a Secretaria que tem acesso a escola. Rosa diz que também é papel dos conselheiros denunciarem situações de que tem conhecimento. Mário diz que para a denúncia ser formalizada e validada não pode ser apenas verbal. Yara diz que tem que ser formalizada, pois é uma questão preocupante, e a pessoa deve provar que isso de fato esta ocorrendo. Elto questiona baseado em que circunstâncias iriam fundamentar. Eliezer sugere dar o assunto por encerrado, se não há provas levantadas da denúncia. Elto sugere que no mínimo a Secretaria deveria encaminhar ofício à escola questionando o fato informalmente. Eliezer questiona se talvez não tenha sido administrado algum remédio e ocorrido algum mal entendido. Rosa relata que hoje em dia a escola nem pode administrar remédio na escola. Yara diz que nas escolas há apenas o kit de primeiro socorros. Eliezer questiona se não tinha alguma outra questão com a Secretaria de Educação a ser levantada. Luciane diz que não, o assunto da água foi levantado devido uma discussão inicial de uma menina que chegou ao CEACA dopada, na parte da tarde, levada por uma professora. Rosa esclarece que a menina tomou cinco calmantes, e por relatos dela essa menina ficou a manhã inteira na escola dormindo e ninguém tomou atitude, e apenas após foi chamado o Conselho Tutelar e visto que o caso era grave, tanto que foi encaminhada para o CAPS e atualmente encontra-se abrigada. Rosa diz que já é a segunda vez que acontece. Yara relata que aproveita que estão todos reunidos para questionar qual o procedimento a Secretaria deve tomar em uma situação como a que aconteceu no CEI Pedra, de o pai ameaçar entrar na creche e roubar o filho, e de fato na segunda vez o fez. Nessa situação foi ligado para o Conselho Tutelar e mandaram ligar para a Polícia, e em contato com a Polícia disseram que não iam, pois era questão do Conselho Tutelar. Aconteceu que o pai pulou o muro para pegar a criança que estava dormindo. Eliezer questiona de quem é a guarda. Yara diz que os pais estão separados, porém não legalmente. Eliezer relata que se nenhum tem a guarda, tanto o pai quanto a mãe podem pegar a criança, talvez ele tenha se alterado por não terem o deixado ter acesso a criança. Geizi (Conselho Tutelar) diz que essa pessoa já tem o perfil de agressor. Yara diz que quase entraram em luta corporal. Mário diz que toda questão que envolve violência a Polícia Militar deve averiguar, diz que nessas situações devem pedir para falar com o coordenador de serviços, na hora que ligar marcar a hora, pois todas as ligações são gravadas. Karla diz que quando está ocorrendo o ato de violência não adianta chamar o Conselho Tutelar, não quer dizer que ele não vá ser acionado. Rosa diz que é uma questão de autodefesa também, pois daqui a pouco acontece alguma coisa com as conselheiras e de quem será a culpa. Yara diz que a questão é que os dois não foram, nem a polícia, nem o conselho tutelar. E na segunda vez o pai conseguiu levar a criança, pulando o muro da escola. Vitor diz que deve ser encaminhado ofício para a polícia militar informando que é obrigação deles atenderem a essas situações. Mário reforça para que quem fizer as ligações marcar o dia e horário, para que puxem a ligação e provem, pois tudo é gravado. Yara diz que por fim foi a guarda municipal que ficou fazendo vigília em frente à escola no turno da manhã e da tarde. Vitor diz que não é apenas uma situação pai/criança, pois é possível que esse pai agrida qualquer um que esteja na escola. Rosa diz para documentar tudo, colocar em fichas, oficializar, pois serve como prova que os setores estão cientes. Yara diz que na hora em que o pai foi buscar, independente de quem é a guarda, estavam tentando proteger a criança, solicitaram ordem judicial, porém o pai ficava ainda nas redondezas da escola intimidando a todos, com a polícia sendo chamada e não indo todos ficam vulneráveis, reforça que todos devem se ajudar. Eliezer diz que estão com falta de efetivos na polícia. Vitor diz que deve ser criado um protocolo de atendimento, comunicar a polícia e a guarda municipal a irem atender as ocorrências quando forem chamados. Vitor reforça que todo dia a mídia vem expondo casos nas escolas, como o porteiro que colocou fogo na creche, o menino que sofria bullying e atirou nos colegas, todas essas notícias dão idéia para a população. Yara diz que esta com outra questão de uma profissional que está indo trabalhar medicada e não quer se afastar, diz que após essa reunião verá. Karla questiona se não pode afastar essa profissional de sala de aula. Yara fala que estão analisando as possibilidades com o jurídico. Elto diz que na questão de pai pulando muro é atribuição da polícia militar, em segundo a guarda municipal, pois eles possuem o mesmo treinamento da polícia, já o conselho tutelar não irá conter o pai, não nessa situação e sim fazer um ofício informando o risco que a criança esta correndo, não é tão complicado. Yara diz que os procedimentos fizeram, ligaram, mas a questão é que não foram e o pai levou a criança, foram saber da criança às oito horas da noite, que a mesma estava na casa do avô escondido. A criança foi levada no susto da escolinha, pois o menino estava dormindo. Karla informa que esse pai perdeu a guarda. Conselheira Rosilene diz que envolve a todos que estão no contexto, sendo que ficam todos expostos ao risco. Conselheiro José Eduardo diz que as funções que cada um tem na

rede devem ser definidas e que a tendência é piorar, o que estamos vendo atualmente é apenas a ponta do iceberg, o restante está submerso, não adianta apenas protocolar tem que ter efetividade nas ações. Yara diz que a saúde, educação estão procurando se reunir, pois não adianta transferir o adolescente de uma escola para outra, de um setor pra outro. Rosilene concorda. Eliezer diz que chamará Yara apenas quando tiver a formalização da denúncia. Yara diz que ficará atenta, que essa informação servirá para ficarem alerta e coloca-se a disposição sempre que necessitar. Eliezer diz que eram essas as questões com a Secretaria de Educação, e caso queira se ausentar devido outros compromissos a secretaria pode ficar a vontade. Yara se despede e se retira. Referente o item 6 da pauta, Eliezer informa que o conselho deve decidir sobre a quantidade de materiais da campanha unificada FECAM a serem confeccionados: quais materiais e quantidade, para ser feito o orçamento. José Eduardo questiona onde será realizado o evento da campanha. Eliezer diz que é outra questão que devem definir. Conselheiros discutem e decidem: banners: 2, camisetas: 100, Eliezer sugere distribuir as camisetas aos contadores da cidade; cartaz: 100, porém Charlene sugere pedir o orçamento também de 150, pois o valor acaba tendo pouca diferença em maior quantidade. Rosa diz que o segundo cartaz é mais importante. Elto diz que há pessoas que nem sabem o que é IR, que se trata do Imposto de renda. Mário diz que não fala dos recursos, teria que colocar a conta do FIA. Rosa sugere carimbar. Eliezer diz que a arte não pode ser modificada. Eliezer diz que deve ser feito os três cartazes, não da pra escolher, pois os três contém informações diferentes. Rosa diz que antes de escolher a quantidade deveriam já ter o valor. Eliezer diz que primeiro tem que saber quantos querem, pois varia o valor pela quantidade. José Eduardo questiona pra quando será essa campanha. Mário diz que a dedução inicia em março. Eliezer diz que inicialmente a campanha deveria iniciar em fevereiro. Rosa diz para pré-definirem. Com relação à quantidade de flyers, Rosa diz que deve ser feito uns 4 mil. José Eduardo fala que essa é a quantidade de pessoas que vai à missa. Mário diz que já foi mais fácil doar essa verba para o FIA, agora é necessário emitir DARE, há mais burocracia. Padre sugere que sejam uns 10 mil flyers. Conselheiros concordam. Eliezer questiona sobre o perfurado de carro. Karla sugere colocar no carro do Conselho Tutelar. Vitor diz para solicitar colocar nos carros da secretaria de obras. Eliezer diz que é possível, pois é uma campanha pública, não é propaganda particular. Eliezer questiona se todos os conselheiros colocariam os perfurados em seus carros. Rosilene diz que se for grande não. Luciane questiona o tamanho. Sabrina mostra que há dois tipos. Eliezer sugere orçar 50 do tamanho pequeno e questiona sobre os selos, diz que no CEACA e APAE o selo é dado a quem contribui, no caso do FIA seriam distribuídos sem contribuir. APAE diz que quando ocorrem os eventos pedem 2.500 e vai tudo. Rosa diz que a APAE faz pedágio, dariam uns R\$400,00, por 2.000 selos. Eliezer questiona voluntários para irem buscar os orçamentos. Rosa diz que já tem muitos compromissos. Eliezer questiona quem poderia. Não havendo manifestações, Eliezer questiona se Fernando poderia. Fernando concorda. Eliezer reforça aos conselheiros que Fernando irá providenciar os orçamentos. Sobre o item 7, o ideal é que ocorra primeiramente a eleição da sociedade civil para após discutirem a questão da atualização do regimento interno. Conselheiros concordam. Rosa solicita que o regimento interno seja encaminhado por e-mail. Eliezer reforça para deixar essa discussão para depois da eleição. Sobre o item 8, reunião referente o diagnóstico situacional da criança e do adolescente, Luciane diz que a comissão constituída em reunião anterior reuniram-se três vezes e decidiram por fazer um instrumento novo e resumido. Rosa lê o ofício e instrumento e diz que ao final teriam as assinaturas das Secretarias do município. E relata que talvez pelo instrumento anterior ter sido muito complexo algumas secretarias não responderam. Eliezer diz que o da PM, foi entregue hoje, que ficou bem simples de ser analisado e bem completo. Sabrina diz que a Polícia Civil também entregou. Luciane diz que já a saúde em resposta informou que não possui registro de violência, porém tem conhecimento que no CAPS há essas informações, talvez conversar com Manoel, pois ele possui os dados que precisa, e o diagnóstico da saúde foi respondido pela Secretaria. Rosa sugere mandar então para as Secretarias e entidades, e utilizar esses da polícia. Eliezer diz que fórum, promotor, polícia não precisa encaminhar novamente. Rosa questiona qual o período de informações. Eliezer diz que foi solicitado do período de um ano. Eliezer agenda reunião da Comissão de Normas e Documentos para quarta-feira, dia 01 de novembro às 8h e 30 min para confeccionarem editais 2018. Karla pede a palavra para solicitar que as despesas das conselheiras tutelares no encontro de conselheiros do dia 16 de novembro, na UDESC, em Laguna sejam pagas com verbas do FIA. Luciane questiona se já foi solicitada para a administração. Karla fala que não. Luciane sugere que primeiro seja solicitada para o prefeito. Eliezer concorda, pois não se deve criar o hábito de primeiro pedirem para o conselho direto e logo pagarmos. Conselheiros concordam. José Eduardo fala da questão de crianças que são maltratadas e chegam ao CEACA com marcas, solicita fazer um ofício do Conselho para a juíza informando a situação. Sabrina informa sobre a capacitação do dia 13 de novembro, uma segunda-feira, que acontecerá no

Bloco pedagógico da UNISUL, às 13h30min, a palestra será dada pelo Dr. Murilo José Giácomo, promotor de Curitiba, maiores informações ainda serão repassadas pela Alessandra. Rosa solicita que assim que repassadas sejam encaminhadas por e-mail, informando se é necessário realizar inscrição. Eliezer diz que tem alguns lembretes a fazer: informa o Conselho Tutelar que o levantamento mensal está em atraso. Karla diz que está sendo feito mensalmente e que então só não está sendo entregue. Eliezer questiona qual conselheiro poderia levar a ata para autenticar e registrar nos cartórios. A conselheira Rosilene levará. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.